

RASCUNHO

Texto

Gente-casa

Existe gente-casa e gente-apartamento. Não tem nada a ver com tamanho: há pessoas pequenas que você sabe, só de olhar, que dentro têm dois pisos e escadaria, e pessoas grandes com um interior apertado, sala e quitinete. Também não tem nada a ver com caráter. Gente-casa não é necessariamente melhor do que gente-apartamento. A casa que alguns têm por dentro pode estar abandonada, a pessoa pode ser apenas uma fachada para uma armadilha ou um bordel. Já uma pessoa-apartamento pode ter um interior simples mas bem ajeitado e agradável. É muito melhor conviver com um dois quartos, sala, cozinha e dependências do que com um labirinto.

Algumas pessoas não são apenas casas. São mansões. Com sótão e porão e tudo que eles comportam, inclusive baús antigos, fantasmas e alguns ratos. É fascinante quando alguém que você não imaginava ser mais do que um apartamento com, vá lá, uma suíte, de repente se revela um sobrado com pátio interno, adega e solário. É sempre arriscado prejulgar: você pode começar um relacionamento com alguém pensando que é um quarto-e-sala conjugado e se descobrir perdido em corredores escuros, e quando abre a porta, dá no quarto de uma tia louca. Pensando bem, todo mundo tem uma casa por dentro, ou no mínimo, bem lá no fundo, um porão. Ninguém é simples. Tudo, afinal, é só a ponta de um iceberg (salvo ponta de iceberg, que pode ser outra coisa) e muitas vezes quem aparenta ser apenas uma cobertura funcional com qrt. sal. lavab. e coz. só está escondendo suas masmorras.

(VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O Melhor das Comédias da Vida Privada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004)

- 1) O autor começa seu texto estabelecendo uma distinção entre dois tipos de pessoas: “gente-casa” e “gente-apartamento”. Sobre tais rótulos, considerando o primeiro parágrafo, é incorreto afirmar que:
 - a) não têm a ver com o tamanho da pessoa, nem com o caráter.
 - b) relacionam-se com o interior do indivíduo.
 - c) a “fachada” pode apresentar uma falsa ideia do real.
 - d) há, necessariamente, uma hierarquia entre eles.
- 2) Para construir seu texto, o autor fez uso recorrente de uma importante figura de linguagem. Trata-se da:
 - a) metáfora.
 - b) comparação.
 - c) personificação.
 - d) metonímia.
- 3) Ao longo do texto, percebe-se a ocorrência de diferentes tipos de sujeito. Assinale a opção em que ocorre erro na análise da classificação do tipo de sujeito dos verbos em destaque.
 - a) “Existe gente-casa e gente-apartamento.” – Sujeito composto.
 - b) “há pessoas pequenas” – sujeito inexistente.
 - c) “Ninguém é simples.” – Sujeito indeterminado.
 - d) “É sempre arriscado prejulgar” – Sujeito oracional.
- 4) O texto é uma crônica. Gênero em que o autor faz uso de várias estratégias linguísticas para se aproximar do leitor. Todas as opções abaixo podem ser entendidas como uma dessas estratégias no texto de Veríssimo, menos uma. Assinale-a.
 - a) Abordagem de um tema universalizante: as pessoas.
 - b) Linguagem simbólica expressiva.
 - c) Predomínio de vocábulos rebuscados como “adega” e “solário”.
 - d) Uso de pronomes que apontem para o leitor.

- 5) “Algumas pessoas não são apenas casas. São mansões.” Ocorre entre essas duas orações um paralelismo de estruturas sintáticas que contribui, inclusive, para a coesão textual. Sendo assim, assinale a opção em que se faz uma análise correta sobre os termos que as formam.
 - a) Ambas possuem o mesmo sujeito, sendo também idênticas as classificações que eles recebem nas duas ocorrências.
 - b) Em cada uma delas, ocorre um predicativo do sujeito que apresenta, porém, valores semânticos distintos.
 - c) Os verbos que as formam são transitivos diretos.
 - d) “Algumas” e “não”, na primeira oração, são exemplos de adjuntos adverbiais.

“A casa que alguns têm por dentro pode estar abandonada, a pessoa pode ser apenas uma fachada para uma armadilha ou um bordel.”

- 6) Considere o fragmento acima, e assinale a opção em que se faz um comentário linguístico inadequado sobre ele.
 - a) O verbo “têm” está acentuado pois concorda com o pronome relativo “que” usado anteriormente.
 - b) O uso da forma verbal “pode”, em suas duas ocorrências, revela um sentido de possibilidade.
 - c) Os vocábulos “armadilha” e “bordel” estão relacionados por um conectivo e ambos possuem conotação negativa no texto.
 - d) O vocábulo “uma”, em suas duas ocorrências, é classificado como artigo indefinido.
- 7) Ao afirmar, no segundo parágrafo, que “todo mundo tem uma casa por dentro, ou no mínimo, bem lá no fundo, um porão” pode-se perceber que:
 - a) “casa” e “porão” apresentam o mesmo valor semântico.
 - b) revela-se uma aparente incoerência em relação à distinção inicial: “gente-casa” e “gente-apartamento”.
 - c) “porão” configura algo mais amplo e obscuro que a própria casa.
 - d) a expressão “todo mundo” não assume caráter generalizante.
- 8) Na construção do termo “gente-casa”, o autor explora possibilidades de arranjos morfológicos e o potencial de formação de palavras na Língua. Observe as afirmações abaixo:
 - I. “gente” é o termo determinado do composto.
 - II. “casa” é o termo determinante do composto.
 - III. O hífen foi utilizado para marcar uma unidade morfológica e semântica.
 - IV. O processo que originou tal construção foi a derivação.

São corretas as seguintes afirmações:

 - a) I e II apenas.
 - b) II e IV apenas.
 - c) I, II e III apenas.
 - d) III e IV apenas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 9) Dada a planilha Microsoft Excel 2007 abaixo, identifique a alternativa que apresenta o resultado da fórmula =C1-A2*B1^2.

	A	B	C
1	32	5	650
2	23	21	54

- a) 175.
- b) 150.
- c) 75.
- d) 15675.

10) O Microsoft Office PowerPoint 2007 inclui vários tipos diferentes de transições de slides, tais como:

- (1) Quadriculado na Vertical.
- (2) Quadro Abrir.
- (3) Quadro Mágico.
- (4) Persiana Horizontal.

- a) da relação apresentada existem somente o 1, 2 e 3.
- b) da relação apresentada existem somente o 1, 2 e 4.
- c) da relação apresentada existem somente o 2, 3 e 4.
- d) da relação apresentada existem somente o 1, 3 e 4.

11) Assinale a afirmação que apresenta corretamente uma das diversas características do Microsoft Word 2007:

- a) por questões de segurança não se permite o compartilhamento dos documentos gerados pelo Word.
- b) os novos formatos XML Abertos são mais seguros, no entanto aumentam o tamanho dos arquivos.
- c) para simplificar a criação de documentos no Word 2007 foi abolido o conceito de macros.
- d) pode-se converter documentos do Word em PDF sem usar ferramentas de terceiros.

12) Área de armazenamento temporário de informações onde copia, ou se move, de um lugar e planeja-se usar em algum outro lugar:

- a) Área de Transferência.
- b) URL.
- c) Área de Trabalho.
- d) Atalho de Trabalho.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

13) Analise as seguintes afirmativas, de acordo com a Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- I. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- II. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.
- III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

14) Paulo é agente público há cinco anos e foi notificado, pelo órgão com o qual mantém vínculo, a apresentar sua declaração anual de bens devidamente atualizada. O agente, entretanto, deixou de apresentar a declaração sob a alegação de que este documento já havia sido apresentado quando iniciou o exercício das suas funções. Dessa forma, pode-se concluir que Paulo:

- a) Agiu corretamente, pois a lei prevê que somente a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, sendo desnecessária a sua atualização.
- b) Agiu corretamente, pois a lei somente o obriga a apresentar a declaração anual de bens atualizada quando deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- c) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- d) Não agiu corretamente, ficando exclusivamente sujeito à pena de multa por dia de atraso pelo descumprimento da obrigação prevista em lei.

15) Analise as seguintes afirmativas, de acordo com a Lei Federal nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União:

- I. Constituem indenizações dos servidores: gratificações, ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia.
- II. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.
- III. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 5 (cinco) dias.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

16) De acordo com a legislação que regulamenta o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, a demissão será aplicada nos seguintes casos, **EXCETO**:

- a) Crime hediondo.
- b) Corrupção.
- c) Abandono de cargo.
- d) Acumulação de cargos, empregos ou funções públicas.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO AMAZONAS

17) “Velar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem e celeridade dos serviços eleitorais.” Essa competência, prevista expressamente no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, é atribuição do:

- a) Corregedor Regional Eleitoral.
- b) Procurador Regional Eleitoral.
- c) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Relator do processo.

18) Os recursos administrativos e os pedidos de reconsideração de feitos não contenciosos serão interpostos no prazo de:

- a) 3 (três) dias, contados da data da intimação pessoal do interessado.
- b) 5 (cinco) dias, contados da data ciência ao interessado.
- c) 10 (dez) dias, contados da data da ciência ao interessado.
- d) 15 (quinze) dias, contados da data da intimação pessoal do interessado.

19) Da decisão do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que não admite o recurso especial caberá:

- a) Agravo regimental.
- b) Agravo de instrumento.
- c) Recurso Especial.
- d) Reclamação.

20) A alteração ou cancelamento de súmula do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas dar-se-á por maioria:

- a) Qualificada, presente a maioria absoluta de seus membros.
- b) Relativa, presente a maioria absoluta de seus membros.
- c) Simples, presentes dois terços de seus membros.
- d) Absoluta, presentes dois terços de seus membros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- a) Prevalência dos direitos humanos.
- b) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

22) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- c) Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, no caso de agressão estrangeira, quando autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- d) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral e a todos os demais direitos e garantias individuais.

23) Com relação aos direitos de nacionalidade, previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por decisão do Presidente da República, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- c) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- d) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

24) Com relação aos direitos políticos, previstos no artigo 15 da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A perda de direitos políticos se dará no caso de incapacidade absoluta.
- b) A suspensão dos direitos políticos poderá se dar no caso de incapacidade relativa, enquanto esta durar.
- c) São cassados os direitos políticos nos casos de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos.
- d) São cassados os direitos políticos nos casos de improbidade administrativa.

25) Com relação à disciplina pela Constituição Federal da competência dos entes federativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- b) Compete aos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.
- c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- d) Compete aos Municípios suplementar a legislação federal no que couber.

26) Com relação à intervenção, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação. Neste caso, a decretação da intervenção dependerá, apenas, de requisição do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Estado não intervirá no Distrito Federal, exceto para manter a integridade nacional.
- c) A União não intervirá em seus Municípios, nem nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- d) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para assegurar a observância dos princípios constitucionais, por exemplo, a forma republicana, sistema representativo e regime democrático. Neste caso, a decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

27) De acordo com a Constituição Federal, aos juízes é vedado:

- a) Receber, a qualquer título ou pretexto, participação em processo, salvo custas processuais.
- b) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c) Dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) Exercer, qualquer outro cargo ou função, ainda que em disponibilidade.

28) Acerca da Justiça Eleitoral e sua disciplina pela Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) Os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.
- c) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de “habeas-corpus” ou mandado de segurança.
- d) São todos órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

29) Com relação ao “ato administrativo”, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É praticado, apenas, pelas autoridades do Poder Executivo.
- b) A competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto são requisitos necessários à formação do ato administrativo.
- c) A presunção de legitimidade do ato administrativo não isenta o administrador de comprovar a sua validade e sua conformidade com a lei.
- d) Atos administrativos vinculados são aqueles que o administrador pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário e de sua conveniência.

30) Sobre a classificação dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os agentes políticos podem ocupar cargos vitalícios ou cargos em comissão.
- b) Os servidores públicos são aqueles que possuem regime jurídico estatutário geral e ocupam cargos públicos efetivos ou em comissão.
- c) A contratação de agentes públicos por tempo determinado depende de juízo de oportunidade e conveniência da Administração Pública.
- d) Empregados públicos são aqueles sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não ocupam cargo público.

31) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Poder Vinculado é aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, sem determinar os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
- b) Poder Disciplinar é a faculdade que a Administração Pública tem de fiscalizar todas as atividades e bens que afetem ou possam afetar a coletividade.
- c) Poder Regulamentar é a faculdade de que dispõem os Chefes do Executivo de explicar a lei para sua fiel execução, podendo esta ser delegada a seus subordinados.
- d) Poder Discricionário é aquele que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

32) Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela.
- b) O controle judicial é unicamente de legalidade, de sorte que os atos discricionários não se sujeitam a este controle, sobretudo, quanto à competência.
- c) O controle administrativo pode incidir sobre a legalidade e sobre o mérito dos atos da Administração.
- d) O controle legislativo é o exercido pelos órgãos legislativo ou por comissões parlamentares sobre determinados atos do Executivo na dupla linha da legalidade e da conveniência pública.

33) Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) As pessoas jurídicas de direito público apenas responderão pelos danos que causarem a terceiros, se o responsável agir com dolo ou culpa.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado terão direito de regresso contra o responsável pelo dano, apenas, se este agir com dolo.
- d) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos causados a terceiros, se prestadoras de serviços públicos.

34) De acordo com as disposições da Lei Federal nº 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as assertivas, abaixo:

- I. Os seus preceitos também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de suas funções típicas.
- II. Considera-se órgão a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- III. Considera-se entidade a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- IV. O ato de delegação e sua revogação independem de publicação no meio oficial.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.

35) Com relação à Lei Federal nº 8.429/1998 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, frustrar a licitude de concurso público.
- b) É possível transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do dano causado ao erário.
- d) As disposições desta lei são aplicáveis apenas aos agentes públicos.

36) De acordo com a Lei Federal nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- b) A reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução são formas de provimento de cargo público.
- c) A ajuda de custo, as diárias e o transporte constituem indenizações ao servidor.
- d) O concurso público terá validade de até um ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

37) “O Direito Administrativo experimentou grande evolução, em decorrência da própria previsão constitucional de extensão da atividade do Estado nos âmbitos social e econômico, a partir da”:

- a) Constituição de 1934.
- b) Constituição de 1891.
- c) Constituição de 1988.
- d) Constituição de 1824.

38) “O Estado deixou a sua posição de guardião da ordem pública e passou a atuar no campo da saúde, higiene e educação, economia, assistência e previdência social”. Como consequência:

- a) Diminuiu a máquina estatal, pela extinção de pessoas jurídicas públicas e, paralelamente, aumentou o quadro de funcionários para suprir a aludida redução.
- b) Cresceu a máquina estatal, pela criação de novas pessoas jurídicas públicas, quer as de capacidade específica para execução de serviços públicos (autarquias) e, paralelamente, aumentou quadro de funcionário para o atendimento das novas tarefas assumidas pelo Estado.
- c) Cresceu a máquina estatal, pela criação de novas pessoas jurídicas públicas, quer as de capacidade específica para execução de serviços públicos (autarquias) todavia, não se mostrou necessário o aumento do quadro de funcionário para o atendimento das novas tarefas assumidas pelo Estado.
- d) Diminuiu a máquina estatal, pela extinção de pessoas jurídicas públicas e, conseqüentemente, diminuiu o quadro de funcionários para suprir a aludida redução.

39) De acordo com o Decreto-Lei Nº 200/67, a Administração Federal compreende:

- a) As Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas.
- b) A Administração Direta, que compreende as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas.
- c) A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e, também, a Administração Indireta, que compreende as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas.
- d) A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

40) “A ideia neoliberal de substituir a Administração burocrática pela Administração gerencial depende em grande parte”:

- a) Da diminuição da discricionariedade e da maior liberdade decisória aos dirigentes.
- b) Do fortalecimento do Princípio da Legalidade e da observância dos limites impostos implicitamente pela Constituição.
- c) Da ampliação da discricionariedade, diminuindo, todavia, a liberdade decisória dos dirigentes.
- d) Da ampliação da discricionariedade e da maior liberdade decisória dos dirigentes.

41) “No direito brasileiro, a doutrina adepta do neoliberalismo força a adoção das privatizações dos serviços públicos, colocando-os na livre-iniciativa, mas a dificuldade é grande porque”:

- a) Há enorme satisfação da população com a prestação dos serviços pelo Estado.
- b) Não há, na iniciativa privada, interessados em assumir a prestação dos serviços públicos.
- c) A própria Constituição Federal prevê expressamente a competência exclusiva do Estado para a execução de várias atividades, por exemplo, serviços de telecomunicações, energia elétrica, correios e portos.
- d) A Constituição não autoriza, em hipótese alguma, a delegação de serviços públicos para a iniciativa privada.

42) Com relação à chamada “Administração Pública Gerencial”, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Envolve maior discricionariedade para as autoridades administrativas.
- b) Acarreta menor autonomia administrativa e orçamentária.
- c) Substitui o controle formal pelo controle de resultados.
- d) Seu principal instrumento é o contrato de gestão.

43) Assinale a alternativa que contém a principal diferença na gestão pública e a gestão privada de uma atividade.

- a) Princípio da Legalidade, já que, apenas, nas relações entre particulares devem ser observados os limites impostos pela lei.
- b) Princípio da Continuidade, pois o regime jurídico da iniciativa privada não permite a paralisação das atividades.
- c) Princípio da Autonomia da Vontade, pois o administrador público é livre para decidir qual ramo de atividade explorar, bem como a forma de exercê-la.
- d) Princípio da Legalidade, já que a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite, enquanto que, no âmbito das relações entre particulares, o princípio aplicável é o da Autonomia da Vontade, que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe.

44) Com relação à excelência na prestação dos serviços públicos e, de acordo com a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre a concessão e permissão de serviços públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Não estão as concessionárias de serviços públicos obrigadas a oferecer ao usuário datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- b) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- c) Incumbe à concessionária prestar contas da gestão do serviço aos usuários, nos termos definidos no contrato.
- d) É direito do usuário receber informações do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

45) De acordo com o Código Eleitoral (Lei Federal nº 4.737/1965), assinale a alternativa **INCORRETA**.

Não podem alistar-se eleitores:

- a) Os analfabetos.
- b) Os que não saibam exprimir-se na língua nacional.
- c) Os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos.
- d) Os militares, ainda que não sejam oficiais ou aspirantes a oficiais.

46) Com relação ao alistamento e ao voto e sua disciplina assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) São obrigatórios para os brasileiros de um ou outro sexo, salvo quanto ao alistamento, do qual estão desobrigados os maiores de setenta anos.
- b) Como regra, não são obrigatórios para os brasileiros.
- c) É obrigatório o alistamento, inclusive, para os que estiveram fora do país.
- d) É obrigatório o voto para os que se encontrem fora de seu domicílio.

47) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 3 (três) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região.
- b) O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região.
- c) Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor obter passaporte ou carteira de identidade.
- d) Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.

48) De acordo com o Código Eleitoral (Lei Federal nº 4.737/1965), o Corregedor Regional da Justiça Eleitoral, no desempenho de suas atribuições, se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

- a) Por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, apenas.
- b) Por determinação dos juizes eleitorais e das juntas eleitorais.
- c) Sempre que entender necessário.
- d) A requerimento de Partido, deferido pelo Juiz Eleitoral.

49) Com relação à atuação do Ministério Público nos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Promotor de Justiça da capital do respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador Geral de Justiça.
- b) Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador da República no respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- c) Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador Geral da República.
- d) Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador da República no respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador Geral da República.

50) De acordo com a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64/1990 e alterações), são inelegíveis, para qualquer cargo:

- a) Os Ministros de Estado, até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.
- b) Os inalistáveis e os analfabetos.
- c) Os chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República, até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.
- d) Os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios, até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.

51) De acordo com a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997 e alterações), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Serão realizadas simultaneamente as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.
- b) Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria dos votos, computados os em branco e os nulos.
- c) É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.
- d) Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias.

52) Com relação às Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não havendo preferência entre candidatos que pretendam o registro da mesma variação nominal, defere-se o registro do mais idoso.
- b) Não havendo preferência entre candidatos que pretendam o registro da mesma variação nominal, a preferência será definida através de sorteio.
- c) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.
- d) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, após reabilitação ou prova de reparação de danos.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

53) De acordo com a Lei de Introdução às normas do direito brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- b) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- c) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

54) De acordo com a Lei de Introdução às normas do direito brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942), a lei do país em que domiciliado a pessoa determina as regras sobre:

- a) Os impedimentos e as formalidades da celebração, ainda que o casamento seja realizado no Brasil.
- b) A qualificação de seus bens e as relações a eles concernentes.
- c) A qualificação e regência de suas obrigações, independentemente do país em que se constituírem.
- d) O começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

55) Com relação à personalidade e à capacidade, considerando as disposições do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A personalidade civil da pessoa começa da concepção.
- b) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos.
- c) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de exercê-los.
- d) A existência da pessoa natural termina com a morte, a qual se presume, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

56) Com relação ao ato de disposição do próprio corpo e sua disciplina pelo Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É válido o ato de disposição do próprio corpo que contrarie os bons costumes, independentemente de exigência médica.
- b) É admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.
- c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- d) O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

57) De acordo com o Código Civil, têm domicílio necessário:

- a) Os incapazes, apenas.
- b) As pessoas naturais que tiverem diversas residências, onde, alternadamente, vivam.
- c) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- d) As pessoas naturais, que não tenham residência habitual.

58) São requisitos de validade do negócio jurídico:

- a) Agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) Agente, ainda que incapaz, já que a capacidade é requisito de eficácia do negócio jurídico; objeto; forma.
- c) Agente capaz; objeto possível, apenas; forma prescrita ou não defesa em lei.
- d) Agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma, ainda que defesa em lei, já que os requisitos de forma se referem à eficácia do negócio jurídico.

59) A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, considera-se:

- a) Termo inicial.
- b) Condição.
- c) Encargo.
- d) Termo final.

60) Com relação à prescrição e decadência, analise as assertivas, a seguir.

- I. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- II. Havendo consenso, as partes poderão alterar os prazos de prescrição.
- III. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência.
- IV. Não corre prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.

